



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Dezembro/2016

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO

Concurso Público para provimento de cargos efetivos de **Analista PGE – Administrador**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

A simplicidade representa o último degrau da sabedoria.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 70 questões, numeradas de 1 a 70.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Atenção: As questões de números 1 a 6 referem-se ao texto seguinte.

Pensar o outro

A expressão “colocar-se no lugar do outro” é antes um clichê da boa conduta que uma prática efetivamente assumida. É mais fácil repetir a fórmula desse pré-requisito para uma discussão consequente do que levar a efeito o que esta implica. Quem, de fato, é capaz de se colocar no lugar do outro para bem discernir um ponto de vista alheio ao seu? Qualquer pessoa que, por exemplo, frequente as redes sociais, sabe que, numa discussão, os argumentos de um contendor não levam em conta a argumentação do outro. Em vez de se contraporem ideias em movimento, batem-se posições já cristalizadas. A rigor, não há propriamente **confronto**: cada um olha apenas para si mesmo.

Há a convicção de que aceitar a razão do outro é perder a própria. Por que não avaliar que o exame dos argumentos alheios pode ser uma forma de fortalecer os nossos? E se os nossos forem de fato mais fracos, por que não abdicar deles, acolher a verdade que está do outro lado e fortalecer-nos com ela? A dinâmica de um debate deve admitir o pensamento crítico, que é, e deve ser sempre, um pensamento disposto à **crise**. A vida não para de nos mostrar que é com os momentos críticos que mais aprendemos. Colocar-se no lugar do outro inclui a possibilidade de querer ficar nele: por que não admitir que a razão pode estar do outro lado? Negar o outro é condenar-nos à imobilidade – essa irmã gêmea da morte.

(MELLO, Aristides de, *inédito*)

1. A resolução de efetivamente “colocar-se no lugar do outro” constitui,
 - (A) por vezes, uma demonstração de fragilidade que pode ser estrategicamente adequada em determinadas situações.
 - (B) quase sempre, uma abdicação da própria razão, em virtude da superioridade da razão alheia.
 - (C) a princípio, a disposição real de levar em conta o argumento alheio, sem predisposição negativa.
 - (D) em princípio, a desconfiança de que nossas convicções são na verdade frágeis, e é preciso reformulá-las.
 - (E) frequentemente, uma iniciativa necessária para aquele que precisa confirmar a fragilidade da posição alheia.
2. Quanto ao **sentido** que constituem no primeiro parágrafo do texto, há uma relação de **oposição** entre estes dois segmentos:
 - (A) clichê da boa conduta / fórmula desse pré-requisito
 - (B) bem discernir um ponto de vista / “colocar-se no lugar do outro”
 - (C) prática efetivamente assumida. / bem discernir um ponto de vista alheio
 - (D) se contraporem ideias / posições já cristalizadas.
 - (E) não há propriamente **confronto**: / cada um olha apenas para si mesmo.
3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento em:
 - (A) um clichê da boa conduta (1º parágrafo) / um efetivo padrão da prática
 - (B) a fórmula desse pré-requisito (1º parágrafo) / a solução desse preâmbulo
 - (C) por que não abdicar deles (2º parágrafo) / há razão para contestá-los
 - (D) acolher a verdade (2º parágrafo) / ir de encontro à razão
 - (E) pensamento disposto à **crise** (2º parágrafo) / ideia capaz de contestar-se
4. É preciso **corrigir** a redação confusa e incorreta deste livre comentário sobre o texto:
 - (A) O fato de aceitarmos um debate deveria significar que estamos efetivamente dispostos a considerar as razões do outro.
 - (B) As razões do outro não devem de ser desconsideradas caso lhes julgemos mais frágeis do que supomos ser as nossas próprias ideias.
 - (C) Não é prova de fraqueza ou de inferioridade aceitar uma argumentação efetivamente mais consistente do que a nossa.
 - (D) A força de nossa argumentação só pode ser comprovada caso se disponha a um confronto verdadeiro com os argumentos do nosso contendor.
 - (E) Não há por que não abdicar de nossos argumentos se estes se revelarem mais frágeis do que os utilizados pelo outro num honesto debate.



5. Quanto à concordância e à articulação entre tempos e modos, está plenamente correto o emprego das formas verbais na frase:
- (A) Por que haveria de ser uma humilhação caso ficarem demonstradas toda a fragilidade das ideias que supúnhamos fortes?
 - (B) Ao assumirmos que são aceitáveis, nas ideias em debate, a argumentação alheia, não haveria por que não as acolhêssemos.
 - (C) É quando entra em crise que nossos argumentos deveriam mostrar-se fortes, aproveitando a oportunidade para virem a se fortalecer.
 - (D) Somente seriam inaceitáveis as razões do outro caso lhes faltasse consistência no desenvolvimento da argumentação.
 - (E) Supõe-se que a palavra *confronto*, ao indicar enfrentamento, devesse indicar um posicionamento que acatariam cada um dos contendores.
-
6. Está corretamente **flexionada** na **voz passiva** a forma verbal sublinhada em:
- (A) Se não vir a ser respeitada, a posição do outro jamais fortalecerá a nossa.
 - (B) Tendo sido respeitada nossa argumentação, como não respeitar a do outro?
 - (C) Ele tinha submisso o outro pela força de seu preconceito, e não de sua razão.
 - (D) Quando havermos de ser tolerantes, o outro será efetivamente considerado.
 - (E) As razões que conter nossa argumentação devem ser claras e abertas.
-

Atenção: As questões de números 7 a 12 referem-se ao texto seguinte.

A teoria unificada

Os físicos vivem atrás de uma teoria unificada do Universo que explique tudo. Todo o mundo persegue a tal teoria unificada, ou unificadora, por trás de tudo. Só varia o tudo de cada um. As religiões têm suas teorias unificadas: são suas teologias. Diante de um religioso convicto você está diante de alguém invejável, alguém que tem certeza, que chegou na frente da ciência e encerrou a sua busca. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade – os deuses semi-humanos da Antiguidade, as deduções empíricas da ciência primitiva – e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples, do diverso para o único. Só que o monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara.

Na política e nos assuntos do mundo também existe a busca da explicação absoluta, da teoria por trás de tudo. A teoria unificadora não requer esforço, é justamente um pretexto para não pensar. No fundo, o que nos atrai não é a explicação unificadora. Pode ser a teoria mais fantástica, não importa. O que nos atrai é a simplicidade. O melhor de tudo é a desobrigação de pensar.

(Adaptado de: VERISSIMO, Luis Fernando. **O mundo é bárbaro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 59-60)

7. A *teoria unificada* está caracterizada neste texto, essencialmente, pela
- (A) crença resoluta que têm as pessoas na existência de um deus único.
 - (B) simplificação com que as ciências vêm resolvendo suas questões.
 - (C) virtude de oferecer uma mesma causalidade para ocorrências diversas.
 - (D) qualidade de submeter todas as teses a uma simples hipótese.
 - (E) possibilidade de contentar a todos com resoluções diferentes.
-
8. Ao dizer que o *monodeus da ciência ainda não mostrou a sua cara*, o autor do texto
- (A) contrapõe à ciência o fato de que há religiões cujo centro é um deus único.
 - (B) mostra que os cientistas não estão preocupados com uma teoria unificada.
 - (C) conclui que a teoria unificada está resguardada pela ciência de ponta.
 - (D) levanta a hipótese de cientistas passarem a seguir os passos do monoteísmo.
 - (E) imagina que o monoteísmo alcançou explicações vedadas ao cientista.
-
9. No 2º parágrafo do texto, o humor do cronista leva-o a afirmar que
- (A) a hipótese de haver para tudo uma teoria unificada é, no fundo, um resquício do nosso pensamento de primitivos.
 - (B) a quantidade de esforço empenhado na busca da teoria unificada é proporcional ao sucesso dessa busca.
 - (C) o dispêndio inútil de tanta energia na busca de uma teoria unificada revela, mais que nossa teimosia, nossa ambição desmedida.
 - (D) a política é talvez o único terreno em que a aspiração humana da teoria unificada pode depositar alguma esperança.
 - (E) o comodismo humano é o que está na raiz de nossas expectativas quanto à existência de uma teoria unificada.
-



10. Está clara e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:

- (A) Tanto os físicos como também os religiosos incitam-se na crença de que hajam evidências de se chegar a estabelecer uma teoria unificada.
- (B) A simplicidade da tal teoria unificada já é motivo suficiente para que ela nos atraia tanto, ao dispensar-nos do cansativo esforço de pensar.
- (C) Na Antiguidade, a profusão de deuses faziam crer que não seria desejável alcançar a unidade das crenças num único monoteísmo unificador.
- (D) Uma teoria unificada para tudo é a meta da qual se dispõe a conseguir tanto os homens da ciência como os que se especializam na teologia.
- (E) Mais do que a complexidade das coisas múltiplas, cujo desgaste tanto laboramos, é preferível a teoria unificada, que nos poupa disso.

11. A ciência e as grandes religiões monoteístas começaram da mesma diversidade [...] e avançaram, com a mesma avidez, do complicado para o simples.

Sem prejuízo para o sentido e para a correção da frase acima, os elementos sublinhados podem ser substituídos, na ordem dada, por

- (A) passaram a se diversificar – imbuídas do mesmo prazer
- (B) provieram de igual diversidade – com igual sofreguidão
- (C) originaram de fatores vários – através de fome semelhante
- (D) principiaram-se diferentes – de tal modo desejosas
- (E) iniciaram-se semelhantes – de tamanha obsessão

12. A colocação de **ambas** as vírgulas está plenamente adequada na frase:

- (A) Não é indispensável tanto na ciência, como na religião que haja uma teoria unificada, para fortalecer o nosso espírito.
- (B) Mesmo que nosso esforço lograsse chegar, a uma teoria unificada, muitos ainda continuariam a duvidar de tudo.
- (C) Uma teoria unificada, que explicasse tanto as questões religiosas como as científicas, viria a eliminar muitas ansiedades.
- (D) Como se sabe, as teologias humanas, constituem a teoria unificada a que chegaram os pensadores religiosos.
- (E) A desobrigação de pensar é de todos os atrativos, aquele que mais nos seduz, entre os acenados pela teoria unificada.

Atenção: As questões de números 13 a 16 referem-se ao texto seguinte, escrito pelo filósofo francês Voltaire em 1777:

Do justo e do injusto

Quem nos deu o sentimento do justo e do injusto? Foi Deus, que nos deu um cérebro e um coração. Mas em que momento nossa razão nos ensina que há vício e virtude? Quando nos ensina que dois e dois são quatro. Não há conhecimento inato, pela mesma razão por que não há árvore que contenha folhas e frutos ao sair da terra. Nada é aquilo que chamam inato, ou seja, desenvolvido ao nascer; Deus nos faz nascer com órgãos que, crescendo, nos permitem sentir tudo o que nossa espécie deve sentir para a sua própria conservação.

(Voltaire. **O preço da justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 1)

13. Considere as seguintes afirmações:

- I. O sentimento do que é vicioso ou virtuoso, segundo Voltaire, aprimora-se com o tempo, à medida que vamos amadurecendo esses valores, íntimos nossos desde o nascimento.
- II. Segundo Voltaire, todos nascemos aparelhados por Deus com dispositivos que nos permitem desenvolver e discernir o que precisamos conhecer para a conservação da nossa espécie.
- III. A imagem da árvore, de que se vale o filósofo Voltaire, ilustra bem o caso das pessoas que nascem já providas do amadurecimento com o qual distinguem entre o que é justo e o que é injusto.

Em relação ao texto, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II.
- (C) III.
- (D) I e II.
- (E) II e III.



14. Está correto o emprego de **ambos** os elementos sublinhados na frase:
- (A) O poder de Deus, em que os crentes atribuem tudo o que há no mundo, muniu-nos todos de sentimentos que podemos desenvolver.
 - (B) O justo e o injusto – valores dos quais se envolvem todos os juízes – são difíceis de discernir por que muitas vezes se alternam no mesmo indivíduo.
 - (C) Uma árvore, cujo desenvolvimento podemos acompanhar a cada dia, é utilizada por Voltaire para auxiliá-lo na ilustração de seus conceitos.
 - (D) Entre o vício e a virtude, extremos em cujos oscilamos, há valores nuançados, onde frequentemente nos confundimos.
 - (E) A razão porque Voltaire acredita na conservação de nossa espécie deve-se à confiança em que deposita na providência divina.

15. *Quem nos deu o sentimento do justo e do injusto?*

A função sintática do elemento sublinhado na frase acima corresponde à mesma do sublinhado em:

- (A) *Quando nos ensina que dois e dois são quatro.*
- (B) *Nada é aquilo que chamamos inato*
- (C) *Deus nos faz nascer com órgãos*
- (D) *Foi Deus, que nos deu um cérebro e um coração.*
- (E) *não há árvore que contenha folhas e frutos ao sair da terra.*

16. O verbo indicado entre parênteses deverá flexionar-se numa forma do **singular** para integrar corretamente a frase:

- (A) Não (**haver**) de ocorrer tantas injustiças, não precisaríamos definir com exatidão o que é justo.
- (B) A cada um (**caber**) as punições devidas pelos males que haja praticado.
- (C) Não se (**imputar**) ao caráter dele os deslizes que lhe sejam inatos.
- (D) A todos aqueles a quem (**poder**) servir meu exemplo, ofereço-o de bom grado.
- (E) Não (**dever**) agradar a ela, creio eu, as conclusões a que cheguei.

História do Mato Grosso

17. A “Marcha para o Oeste” vinculada à história do Mato Grosso no século XX, foi caracterizada como

- (A) um movimento de migração e ocupação, inicialmente estimulado pelo governo Getúlio Vargas nos anos 1930, que visava o povoamento e a exploração econômica de terras mato-grossenses e que contou com grande adesão de grupos originários do Sudeste e do Sul do país.
- (B) um projeto do governo federal, após a construção de Brasília, para povoar o Centro Oeste por meio de auxílios e subsídios aos empreendedores dispostos a se instalar em terras ofertadas gratuitamente pela União, a fim de garantir o abastecimento agrícola e pecuário da Capital Federal e, conseqüentemente, o desenvolvimento dessa região.
- (C) uma política expansionista do Sul em direção ao Norte, no contexto da ditadura militar, cujo objetivo era expropriar terras dos indígenas e instalar latifúndios para o cultivo da soja na área menos densa do país, a fim de eliminar os chamados “espaços vazios” do território brasileiro, considerados indesejáveis para a segurança nacional.
- (D) um fluxo migratório espontâneo, que teve início nos anos 1960 e que contou, posteriormente, com o apoio do Movimento dos Sem Terra, cujo propósito era a ocupação de latifúndios improdutivos a fim de minimizar a penúria de famílias de agricultores e acelerar o processo de reforma agrária no Brasil.
- (E) uma campanha governamental, em nível estadual, para promover a industrialização na região, por meio da concessão de benefícios e isenções fiscais a empresários ligados à atividade hidrelétrica, madeireira e mineradora que pudessem atrair recursos e investimentos necessários ao desenvolvimento do Estado.

18. As populações indígenas que habitavam a região do Mato Grosso, antes da fundação de Cuiabá,

- (A) encontravam-se praticamente exterminadas em virtude da alta mortalidade provocada pela disseminação de doenças e do ataque sistemático às aldeias empreendidos pelos colonizadores.
- (B) organizavam-se no Alto Xingu como uma grande e coesa confederação bastante populosa, que nutria relações culturais e de troca, tanto a Oeste, com os povos do império Inca, como ao Norte, com os grupos Marajoara.
- (C) apesar de diversas, eram, em seu maior número, do grupo Bororo, considerados pelos colonizadores muito violentos por resistirem duramente à catequese jesuítica e possuírem rituais antropofágicos.
- (D) eram heterogêneas, uma vez que os processos colonizatórios português e espanhol haviam deslocado grupos indígenas de diferentes troncos linguísticos para o interior do continente.
- (E) faziam recorrentes alianças entre os diferentes grupos existentes a fim de unirem forças e se protegerem dos ataques dos bandeirantes, contra os quais agiram de forma ininterrupta, a ponto de impedir o processo de fundação de vilas e povoados.



19. Considere o trecho a seguir:

Uma das características do sistema de plantio nas áreas de Cerrado e que o distingue dos plantios na região Sul é o tamanho médio das lavouras: enquanto no sul do Brasil a área média cultivada no ano de 1995 foi de 16,8 hectares, em Mato Grosso essa média foi de 663 hectares. Ou seja, 77,7% das lavouras possuíam área superior a mil hectares, enquanto que, no Rio Grande do Sul, apenas 10% se situavam nessa classe de área (IBGE, 1996).

(FERNÁNDEZ, Antonio João Castrillon. **Do Cerrado à Amazônia:** as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre, Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2007, p. 19)

O quadro descrito acima, com relação aos dados sobre o Mato Grosso, deve ser compreendido levando-se em conta diversos fatores históricos relacionados à questão fundiária, dentre eles,

- (A) o processo de transformação de terras públicas em propriedades privadas no bojo das Reformas de Base, nos anos 1960, para atender à demanda da indústria agropecuária que se instalara na região.
- (B) a concentração fundiária resultante da comercialização de lotes adquiridos em programas regulamentados pelo INCRA, como os Projetos de Assentamento Rápido, nos anos 1970 e 1980.
- (C) as consequências da implementação, em meados dos anos 1970, do Plano de Valorização da Amazônia, que abarcava as terras do Centro-Oeste e as cedia ao usufruto de empresas multinacionais.
- (D) a criação do Departamento de Terra e Colonização, nos anos 1990, que regulamentou a aquisição de grandes fazendas por agricultores e grupos empresariais interessados no cultivo da soja.
- (E) a implementação do Estatuto da Terra, nos anos 1950, que legislou sobre a quota média de hectares por proprietário nas diferentes regiões do país, considerando as especificidades da economia local.

20. Considere as seguintes proposições sobre a história de Cuiabá.

- I. Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá foi, desde sua oficialização como vila, a capital da Província de Mato Grosso.
- II. A partir da fundação do primeiro povoado pelo bandeirante Manuel de Campos Bicudo, a vila de Cuiabá teve crescimento tímido porém contínuo ao longo do período colonial.
- III. O primeiro nome da cidade de Cuiabá, que surgiu como um posto de exploração e controle do ouro, foi Vila Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque.
- IV. Antes da criação da Capitania do Mato Grosso, em 1748, Cuiabá e toda a região mato-grossense estiveram vinculadas à Capitania de São Paulo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) II e IV.
- (C) IV.
- (D) I, II e III.
- (E) III.

21. Um momento histórico no qual afloraram tensões relacionadas à proposta de divisão do Estado do Mato Grosso deu-se no contexto da Revolução Constitucionalista de 1932. Sobre a participação do Mato Grosso nesse conflito, é correto afirmar:

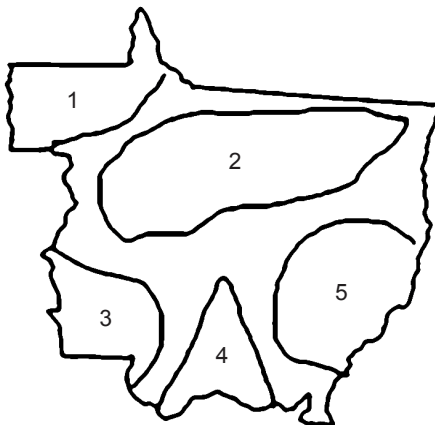
- (A) O sul do Estado de Mato Grosso aderiu ao governo federal contra São Paulo, na esperança de que Getúlio Vargas atendesse à demanda da Liga Sul-mato-grossense pela separação da parte norte e criação de um novo Estado.
- (B) As elites políticas que defendiam o separatismo da parte sul do Estado em relação ao governo de Cuiabá se aliaram a São Paulo e aproveitaram a Revolução para fundar o Estado de Maracaju, mas a derrota dos paulistas inviabilizou este projeto.
- (C) A capital do Mato Grosso se aliou ao governo federal contra São Paulo, pois os paulistas tinham o projeto de anexar parte do sul-mato-grossense, especificamente o Território Federal de Ponta Porã, para a expansão das lavouras de café.
- (D) O norte do Mato Grosso, aliado de São Paulo na Revolução, aproveitou o conflito para invadir a parte sul do Estado e derrotar o movimento separatista representado pela Liga Sul-mato-grossense.
- (E) O Estado de Mato Grosso permaneceu neutro durante a Revolução Constitucionalista de 1932, apesar das tentativas do seu comandante militar regional, general Bertoldo Klinger, envolvê-lo na guerra paulista.

**Geografia do Mato Grosso**

22. Considere o texto e o mapa apresentados a seguir.

É o mais extenso domínio geomorfológico de Mato Grosso, apresentando topografia favorável às práticas agrícolas mecanizadas. Constitui o divisor de águas da Bacia do Amazonas e do Paraguai. Suas altitudes mais elevadas, em torno de 800 metros, são encontradas no trecho sudoeste, mas a altitude predominante varia de 450 e 650 metros. As formas de relevo são bastante suaves e apresentam duas feições bem distintas: as de topos planos, que são predominantes, e as ligeiramente arredondadas, que são testemunho do relevo que existia no local.

(Adaptado de: <http://www.ebah.com.br/>)



(IBGE)

O texto descreve a porção do mapa indicada com o número

- (A) 5.
- (B) 3.
- (C) 2.
- (D) 4.
- (E) 1.

23. Sobre o processo de urbanização do Estado do Mato Grosso, considere.

- I. O processo acelerado de urbanização do Mato Grosso teve início na década de 1960, durante o governo de Juscelino Kubitschek, que tinha como uma de suas metas o desenvolvimento da agropecuária na porção central do Brasil.
- II. O processo de urbanização no Estado foi estimulado como estratégia de ocupação, controle e incorporação da fronteira agrícola nas últimas décadas do século XX.
- III. A urbanização de Mato Grosso, diferente do que ocorreu com outras áreas do Brasil, não foi ligado à industrialização, mas à ocupação do campo.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) III.

24. Considere as afirmações a seguir.

- I. Há um crescente aumento do percentual de população na faixa etária entre 0 e 14 anos.
- II. Desde a década de 1980 a população urbana passou a ser predominante no Estado.
- III. Cerca de 35% da população do Estado é formada de migrantes, com destaque para os paranaenses.

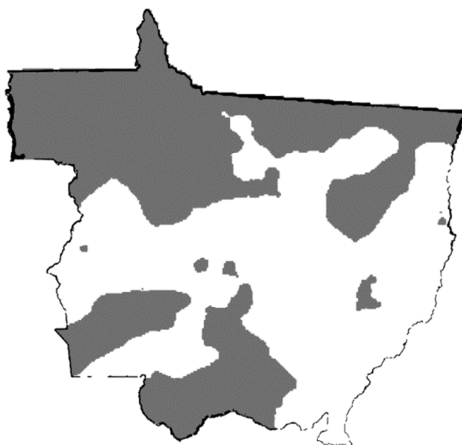
Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I.
- (C) I e II.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



25. O mapa a seguir refere-se à concentração da terra no Estado de Mato Grosso. As partes escuras do mapa correspondem às áreas com maior concentração de terras

Índice de Gini da terra – Mato Grosso – 2014

(Adaptado de: <https://confins.revues.org>)

A leitura do mapa e os conhecimentos sobre a organização do espaço mato-grossense permitem afirmar corretamente que

- (A) nas áreas de maior concentração urbana e, portanto, maior adensamento demográfico, as terras são mais concentradas.
- (B) as maiores concentrações de terra encontram-se nas áreas de ocupação mais antiga, datada entre as décadas de 1950/60.
- (C) as recentes ondas de assentamentos ocorridos a partir dos anos 2000 reduziram a concentração de terras no Estado.
- (D) nas áreas da fronteira agrícola há menor concentração de terras devido à forte diversificação das atividades econômicas.
- (E) nos três biomas presentes no Estado encontramos áreas com grande concentração de terras.
26. Responsável por grande parcela da produção agrícola do Estado, esta macrorregião merece destaque, tendo-se em vista que colabora, significativamente, para o incremento do PIB do Estado, principalmente em decorrência do alto nível de produção de grãos, como o milho e a soja.

O principal produto agrícola da macrorregião é a soja, que corresponde a 65% da produção, em termos de volume, sendo responsável por 32% da produção de todo o Estado e 10% da produção nacional.

(Adaptado de: <http://www.scielo.br>)

(http://www.scielo.br)

O texto refere-se à macrorregião

- (A) Médio-Norte.
- (B) Sudeste.
- (C) Centro-Sul.
- (D) Oeste.
- (E) Nordeste.

**Legislação Específica**

27. A Lei nº 7.692/2002, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública do Estado do Mato Grosso, dispõe que
- (A) a assistência de um advogado é facultativa, salvo quando obrigatória a representação, por força de lei.
 - (B) o órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica, integrante da Administração indireta.
 - (C) é o regime jurídico da pessoa jurídica controlada ou mantida, direta ou indiretamente, pelo Poder Público estadual que determina se ela integra a Administração centralizada estadual.
 - (D) os prazos previstos na Lei nº 7.692/2002 prevalecem sobre os constantes de normas legais específicas.
 - (E) apenas pessoas físicas são legitimadas como interessadas para fins de processo administrativo.
-
28. A Lei Complementar nº 207/2004 instituiu o Código Disciplinar do Servidor Público Civil do Estado de Mato Grosso. Nos termos regulados por essa norma, no que diz respeito às penalidades,
- (A) a pena máxima de suspensão é de 180 dias.
 - (B) será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade do inativo que houver praticado, na atividade, falta punível com a repreensão.
 - (C) a destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de repreensão.
 - (D) a pena de suspensão pode ser convertida em multa, havendo conveniência para o serviço.
 - (E) a pena de suspensão terá o seu início de imediato em qualquer caso.
-
29. No que se refere ao benefício do salário família, a Lei Complementar nº 4/1990 estabelece que
- (A) o salário família será pago ao pai ou à mãe quando ambos forem servidores públicos e viverem em comum, e será pago a um e outro quando separados, de acordo com a distribuição dos dependentes.
 - (B) é pago em parcela única, seja qual for o número de dependentes.
 - (C) é considerado dependente o filho homem até 18 anos e a filha mulher até 24 anos.
 - (D) é devido apenas ao servidor ativo.
 - (E) o afastamento do cargo efetivo, sem remuneração, acarreta a suspensão do pagamento do salário família.
-
30. Considere as seguintes definições:
- I. Conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional que deve ser cometido a um servidor.
 - II. Divisão básica da carreira, que agrupa os cargos da mesma denominação, segundo o nível de atribuições e responsabilidades, inclusive aquelas das funções de direção, chefia, assessoramento e assistência.
 - III. Conjunto de carreira e em comissão, integrantes das estruturas dos órgãos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações criadas e mantidas pelo Poder Público.
- Nos termos da Lei Complementar nº 4/1990, essas são, respectivamente, as definições de
- (A) classe, cargo público integrante da carreira e quadro.
 - (B) cargo público integrante da carreira, quadro e classe.
 - (C) cargo público integrante da carreira, classe e quadro.
 - (D) carreira, classe e quadro.
 - (E) carreira, cargo público integrante da carreira e classe.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Considere que determinada empresa, de pequeno porte, que atue em uma área específica de mercado – produzindo específico componente eletrônico para montadoras de automóveis – pretenda diversificar a sua produção, passando a produzir outros componentes eletrônicos, de interesse de indústrias que produzem eletrodomésticos. Diante de tal perspectiva, referida empresa decidiu adequar sua estrutura a uma lógica de atuação por projetos, com órgãos de existência limitada à duração de cada projeto, mantendo outros, de natureza permanente, para apoio funcional. De acordo com os modelos descritos pela literatura, o tipo de estrutura adequado para atingir tal escopo consiste na denominada estrutura
- (A) Departamentalizada, onde são fixadas metas para cada unidade de produção.
 - (B) Divisional, que permite especialização por produto.
 - (C) Funcional, na qual os resultados são apurados de acordo com cada projeto.
 - (D) Compartimentalizada, com relativa autonomia para cada departamento.
 - (E) Matricial, na qual o projeto se constitui em centro de resultado.
-
32. Diversos autores, como Henry Fayol, William Newman e Harold Koontz, trouxeram importantes contribuições ao conhecimento sobre as funções exercidas em uma organização e aquilo que cabe aos administradores. Considerando a síntese das diversas abordagens sobre o tema, tem-se que
- (A) organização é a única atividade não passível de delegação, sob pena de propiciar o denominado ajuste espontâneo.
 - (B) planejamento é, a rigor, a única atividade própria do administrador, sendo todas as demais de natureza operacional.
 - (C) direção, também denominada liderança ou coordenação, se traduz no estabelecimento de objetivos e metas.
 - (D) controle compreende medir o desempenho dos subordinados e também adotar ações corretivas.
 - (E) comunicação é considerada, atualmente, a essência da atuação do administrador, exercida, precipuamente, no âmbito externo à organização.
-
33. Existem diferentes formas de agrupar as atividades de uma organização em órgãos, o que corresponde aos denominados critérios de departamentalização. O critério segundo o qual todas as atividades relacionadas a uma determinada atividade, ou seja, de uma mesma especialidade, são alocadas em um mesmo órgão é denominado
- (A) Organizacional.
 - (B) por Produto.
 - (C) Segmentado.
 - (D) por Clientela.
 - (E) Funcional.
-
34. As organizações públicas, assim como as privadas, vêm enfrentando, nas últimas décadas, grandes desafios de adaptação e busca da excelência na atuação e satisfação das expectativas dos consumidores e dos cidadãos. Nesse contexto, emergem convergências e, também, importantes diferenças entre a gestão pública e a privada, eis que
- (A) o modelo de administração gerencial somente é passível de aplicação no setor privado, considerando a supremacia do interesse público sobre o particular.
 - (B) eficiência é um conceito próprio das instituições privadas, não aplicável ao âmbito público, eis que a ação governamental é pautada pela legalidade.
 - (C) os princípios aplicáveis à Administração pública e o regime jurídico a que se submete inviabilizam a administração por resultados.
 - (D) a Administração pública pode melhorar suas práticas utilizando metodologias desenvolvidas pelo setor privado com foco no cidadão-cliente.
 - (E) o objetivo da gestão pública é proporcionar o bem-estar à coletividade, enquanto o da iniciativa privada é o lucro, razão pela qual não se aplicam ao setor público os instrumentos de remuneração por resultados.
-
35. Considera-se bem sucedida a gestão de um projeto quando o mesmo é concluído no prazo estabelecido, dentro do custo estimado, respeitando os requisitos de segurança e qualidade e, notadamente, quando seus resultados atendem às necessidades dos clientes, da alta administração e das demais partes interessadas. Para consecução de tais finalidades, o PMBOK, que é uma das principais publicações do *Project Management Institute* – PMI, descreve algumas áreas de conhecimento fundamentais, entre as quais,
- (A) gerenciamento de escopo, que compreende a criação da estrutura analítica do projeto.
 - (B) mapeamento dos processos de trabalho, apresentado por uma representação gráfica de etapas.
 - (C) desenvolvimento do fluxograma, com descrição detalhada de todas as etapas do projeto.
 - (D) cadeia de valor, que indica a agregação de valor dada com a participação de cada agente.
 - (E) gestão de prioridades, que classifica os projetos de acordo com o grau de relevância e urgência.



36. Suponha que determinada organização pretenda avaliar o grau de maturidade de seus processos repetitivos e, para tanto, tenha utilizado os conceitos estabelecidos pela *Society of Design Process Science* – SDPS. Avaliando o conhecimento das equipes envolvidas e o grau de minimização de riscos e efeitos indesejados, chegou-se à conclusão que os processos da organização se caracterizam como processos modelados, o que equivale dizer que correspondem, em termos de maturidade, ao
- (A) nível mais avançado, quando são executados e geridos além das fronteiras organizacionais.
 - (B) nível 1, identificados a partir de seus papéis, das sincronias envolvidas e de seus efeitos colaterais.
 - (C) menor grau de fragilidade, com resultados adequados e riscos devidamente controlados.
 - (D) nível intermediário, com etapas bem definidas, mas ainda com riscos de efeitos indesejados não totalmente monitorados.
 - (E) nível 4, avançado no que diz respeito à identificação das etapas e agentes, e intermediário quanto ao controle de riscos.
-
37. O planejamento estratégico consiste em uma metodologia de planejamento gerencial de longo prazo, desenvolvida a partir dos anos 1960, que tem como principal funcionalidade estabelecer a direção a ser seguida pela organização, proporcionando uma melhor relação com o ambiente externo no qual se encontra inserida. Uma das etapas relevantes dessa metodologia corresponde
- (A) ao diagnóstico institucional, que diz respeito exclusivamente aos aspectos internos da organização.
 - (B) à definição da visão da organização, que deve expressar com clareza a razão da sua existência.
 - (C) à identificação da missão a ser perseguida, que corresponde ao consenso dos membros da organização sobre o futuro almejado.
 - (D) à utilização de cenários para direcionar os planos da organização, correspondendo a projeções de ambientes futuros.
 - (E) à criação de valores, a partir da análise das forças e fraquezas existentes na organização.
-
38. A excelência em serviços públicos corresponde ao grau máximo – ótimo – dos serviços prestados ao cidadão e atribui-se aos programas de qualidade a missão de atingir esse patamar. Nesse contexto, a Fundação Nacional da Qualidade – FNQ, desenvolveu um modelo de excelência em gestão constituído por diversos fundamentos e critérios, sendo que
- (A) os fundamentos permitem medir o grau de excelência atingido pela organização.
 - (B) os critérios correspondem às diretrizes adotadas para aplicação da metodologia.
 - (C) o pensamento sistêmico diz respeito ao entendimento das relações de interdependência dentro da organização, bem como com o ambiente externo.
 - (D) um dos principais fundamentos de tal metodologia consiste no sistema de pontuação que permite às organizações a obtenção da certificação de qualidade pela FNQ.
 - (E) entre os critérios de excelência aplicáveis às organizações públicas, figura a responsabilidade social, pautada pela ética, sustentabilidade e transparência.
-
39. A gestão de resultados na produção de serviços públicos representa uma importante mudança de paradigma na atuação governamental. Uma das dimensões do tema é a utilização de indicadores no processo de avaliação dos resultados, os quais
- (A) possuem função descritiva de determinado objetivo, e não valorativa.
 - (B) traduzem objetivos em medidas concretas, fornecendo informação mensurável.
 - (C) fixam as ações estratégicas da organização que devem figurar no planejamento.
 - (D) são medidas adotadas para ações de curto prazo, enquanto as metas são destinadas àquelas de longo prazo.
 - (E) dizem respeito exclusivamente à mensuração de desempenho para fixação da remuneração variável.
-
40. O empreendedorismo governamental tem, entre suas fontes de inspiração, a obra de David Osborne e Ted Gaebler intitulada *Reinventando o Governo*, a qual preconiza uma série de princípios que orientam a ação empreendedora, entre os quais se insere(m) o(s) conceito(s) de governo:
- I. catalizador: que coordena, regula e fomenta, deixando a maior parte da execução aos demais atores.
 - II. competitivo: introduzindo a competição na prestação de serviços públicos, com a finalidade de aumentar a eficiência.
 - III. centralizado: criando núcleos estratégicos para execução de serviços de alta complexidade técnica.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) I.
 - (C) I e III.
 - (D) II.
 - (E) II e III.



41. Existem diferentes definições de conflito no ambiente organizacional, bem assim de seus tipos, além de diferentes abordagens quanto a sua resolução. Nesse sentido, em uma situação hipotética, um grupo da organização expressa divergência acerca da forma como deveria ser realizado determinado trabalho e o administrador, para fins de resolução de tal divergência, efetuou uma intervenção no episódio, mediante uma reunião de confrontação entre as partes. Em tal situação, verifica-se
- (A) iminência de conflito e aplicação de técnica de desativação.
 - (B) presença de conflito de tarefa e adoção de abordagem estrutural.
 - (C) ocorrência de conflito interpessoal e aplicação de abordagem de processo.
 - (D) ausência de conflito e aplicação de medida preventiva.
 - (E) existência de conflito de processo e aplicação de abordagem de processo.
-
42. O cerne do equilíbrio organizacional está na relação entre os objetivos da organização e os objetivos dos indivíduos que dela fazem parte, os quais, no mais das vezes, não são coincidentes. Diferentes ações podem ser adotadas para alinhar esses interesses e, nesse contexto, aflora o conceito de *empowerment* (empoderamento), que se traduz, em termos concretos, em
- (A) suprimir a cadeia hierárquica e conferir ampla autonomia aos colaboradores para definição dos objetivos da organização.
 - (B) adotar medidas que confirmam maior liberdade aos subordinados, mantendo-se a responsabilidade correspondente no âmbito daqueles que detém o poder de comando.
 - (C) delegar o controle para que os indivíduos tenham responsabilidade sobre seu trabalho e sobre as decisões que tomam.
 - (D) adotar medidas que confirmam maior flexibilidade no trabalho, porém sem autonomia decisória.
 - (E) introduzir maior controle das variáveis dependentes, como rotatividade e absenteísmo e maior flexibilidade no campo das variáveis independentes, como produtividade.
-
43. Uma das classificações das teorias sobre motivação divide as abordagens em “de conteúdo” e “de processo”. Nesse cenário, a Teoria Bifatorial, preconizada por Herzberg, caracteriza-se como
- (A) de conteúdo, estática e prescritiva das ações a serem adotadas para induzir a motivação nos indivíduos.
 - (B) de processo, abordando a forma como se desencadeia a motivação, sem indicar os fatores motivacionais propriamente ditos.
 - (C) mista, com elementos descritivos e prescritivos, sendo aplicada em ambientes instáveis.
 - (D) de conteúdo, apontando fatores que causam insatisfação, chamados higiênicos, e os que produzem sentimentos positivos, de motivação.
 - (E) de processo, indicando as ações capazes de induzir a motivação nos indivíduos.
-
44. Os conceitos de liderança e a forma de aplicá-los vêm se desenvolvendo ao longo dos anos, impactando a maneira de conceber a figura do líder. Nesse contexto, emergem as Teorias de Estilos de Liderança, também chamadas Teorias Comportamentais, nas quais se sustenta que
- (A) os líderes possuem habilidades inatas, ligadas ao desempenho da tarefa, não passíveis de serem desenvolvidas.
 - (B) os traços de personalidade, como o carisma, são determinantes para a construção da liderança.
 - (C) existem características individuais, de natureza universal, relativas à liderança, notadamente os traços intelectuais.
 - (D) o que determina o desenvolvimento do líder são as contingências apresentadas pelo ambiente.
 - (E) a liderança não decorre exclusivamente de traços de personalidade, podendo ser aprendida e desenvolvida.
-
45. Embora existam zonas de intersecção, os conceitos de cultura organizacional e clima organizacional diferem entre si, sendo que:
- I. clima organizacional possui natureza descritiva e avaliativa, podendo ser aferido por meio de pesquisa específica.
 - II. cultura engloba tanto aspectos formais, abertos, como aspectos fechados, tais como crenças e ideologias.
 - III. a cultura organizacional é mais estática que o clima organizacional, somente sendo passível de modificação mediante os denominados ritos de degradação.
- Está correto o afirmado APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I.
 - (C) I e II.
 - (D) III.
 - (E) I e III.



46. As atribuições do Estado Moderno são geradoras de crescentes despesas públicas que exigem, sistematicamente, aumento dos recursos para seu financiamento. Estas atribuições, comumente chamadas de Funções Fiscais e também atribuídas ao Orçamento público, são: função alocativa de recursos, função distributiva de renda e função estabilizadora da economia. É característica e/ou medida pública da função distributiva de renda do Orçamento Público a
- (A) análise da capacidade de realização das compras do governo e do poder de gasto dos funcionários públicos.
 - (B) definição dos montantes a serem alocados em planos e projetos de infraestrutura como rodovias e pontes.
 - (C) determinação dos valores dos gastos corrente e de capital com saúde e educação para atendimento das demandas identificadas pela estrutura dos serviços de saúde pública e da educação fundamental em um município.
 - (D) atenção em estruturar a rede de educação fundamental no território de forma a possibilitar o acesso a toda pessoa ao ensino de qualidade com equidade.
 - (E) avaliação da capacidade de consumo das famílias, das empresas bem como de todos os cidadãos.
-
47. O princípio orçamentário a que se refere o seguinte texto legal: *A Lei de Orçamento compreenderá todas as despesas próprias dos órgãos do Governo e da administração centralizada, ou que, por intermédio deles se devam realizar* (BRASIL, Lei Federal nº 4.320/64, artigo 4º), é o princípio da
- (A) Não-Afetação da Despesa.
 - (B) Discriminação.
 - (C) Unidade.
 - (D) Anualidade.
 - (E) Universalidade.
-
48. Tendo em vista os conceitos e as características inerentes ao orçamento-programa, considere:
- I. O programa é o nível mínimo de classificação do trabalho executado por uma unidade administrativa de nível superior no desempenho das funções que lhes são atribuídas pela lei que a cria.
 - II. Uma atividade é um agrupamento de tarefas executadas em nível secundário em uma unidade administrativa para o alcance de metas do programa desta unidade.
 - III. O orçamento-programa foi previsto no Brasil pela Lei nº 4.320/64 e teve seus princípios delineados pelo Decreto-Lei nº 200/67 como ferramenta para definição das ações homogêneas do governo que visam ao mesmo fim.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) II e III.
 - (C) I e III.
 - (D) I e II.
 - (E) II.
-
49. As categorias econômicas da Receita Pública são: Corrente e de Capital. Ambas as categorias econômicas são subclassificadas conforme a origem do recurso público. São exemplos de Receitas Correntes, nos termos da Lei nº 4.320/64, como subclassificações desta:
- (A) Receita de Transferências do Fundo de Participação do Município – FPM, Receita de Serviços e Receita de Operações de Crédito.
 - (B) Receita Patrimonial, Receita de Amortização de Empréstimos e Receita Industrial.
 - (C) Receita Tributária, Receita Agropecuária e Receita Industrial.
 - (D) Receita de Contribuições, Receita de Impostos e Receita de Transferência de Capital.
 - (E) Receita de Alienação de Bens, Receitas de Serviços e Receitas de Taxas.
-
50. O processo de elaboração do orçamento público é definido em etapas pela legislação brasileira. Para o envio da proposta orçamentária pelo órgão responsável por sua elaboração, a Lei nº 4.320/67 determina que sejam elaboradas tabelas explicativas que acompanharão o Projeto de Lei do Orçamento a ser encaminhado para a apreciação e deliberação pelo órgão competente. Uma informação que deve compor as tabelas explicativas que acompanharão o projeto, nos termos da Lei nº 4.320/64, é a
- (A) receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta.
 - (B) receita arrecada só do exercício anterior àquele em que se elaborou a proposta.
 - (C) despesa prevista para os dois exercícios anteriores a que se refere a proposta.
 - (D) despesa realizada para os dois exercícios anteriores em que se elabora a proposta.
 - (E) despesa fixada para o exercício anterior no qual se elabora a proposta.



51. Considerando os termos da Constituição Federal e dos demais atos do atual ordenamento jurídico no Brasil, a iniciativa para a proposta do Conjunto de Leis que estruturam e definem os planos, as diretrizes e o orçamento público é do
- (A) Poder Judiciário.
 - (B) Poder Legislativo.
 - (C) Poder Executivo.
 - (D) Ministério Público de Contas.
 - (E) Tribunal de Contas.

52. O processo da execução orçamentária é definido em fases, dentre elas, a emissão, a liquidação e o pagamento do empenho público. Em determinada autarquia estadual foi observada a seguinte situação para a despesa de material de expediente:
- | | |
|-----------------------------------|---------------|
| – Dotação inicial..... | R\$ 12.000,00 |
| – Empenhos emitidos no ano..... | R\$ 11.500,00 |
| – Empenhos liquidados no ano..... | R\$ 10.900,00 |
| – Empenhos pagos no ano..... | R\$ 9.500,00 |

Não será realizada nenhuma outra operação contábil ou financeira no ano fiscal.

Com relação à situação observada, o valor

- (A) do resultado financeiro do ano será diminuído em R\$ 2.000,00, relativo à compra de material de expediente.
 - (B) dos restos a pagar não-processados da autarquia, relativo à compra de material de expediente, será de R\$ 500,00.
 - (C) do resultado financeiro do ano será aumentado em R\$ 2.000,00, relativo à compra de material de expediente.
 - (D) dos restos a pagar processados da autarquia, relativo à compra de material de expediente, será aumentada em R\$ 1.300,00.
 - (E) da sobra orçamentária relativa à despesa com material de expediente é de R\$ 2.500,00.
53. A Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF estabeleceu limites para os gastos com pessoal dos entes públicos, definindo percentagens para a repartição destes limites nos três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Determinado Estado da Federação realizou os seguintes valores como execução do orçamento durante o ano:

Receita Corrente Líquida no ano	250.000,00
Despesas com o pessoal do Judiciário no ano	15.000,00
Despesas com o pessoal do Executivo no ano	125.000,00
Despesas com o pessoal do Ministério Público no ano	5.000,00
Despesas com o pessoal do Legislativo e Tribunal de Contas no ano	5.000,00

Tendo em vista o artigo 20 da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que

- (A) o Estado em questão cumpriu todos os limites do gasto com pessoal definidos no artigo 20 da LRF, para a repartição global para este tipo de gasto.
 - (B) o gasto com o pessoal do Ministério Público está no limite definido pelo artigo 20 da LRF.
 - (C) o gasto Executivo está no limite determinado pelo artigo 20 da LRF.
 - (D) os gastos com o Legislativo e Tribunal de Contas foram superiores ao definido pelo artigo 20 da LRF.
 - (E) o gasto com o pessoal do Judiciário está acima do limite definido pelo artigo 20 da LRF.
54. A avaliação da execução orçamentária exige novos conceitos e novas posturas dos gestores públicos, tais como: eficiência, eficácia e efetividade. Considere que uma determinada Secretaria do Estado tinha dotações no valor de R\$ 120.000,00 para aplicar em um projeto para retirar famílias de áreas com risco de desmoronamento em uma região específica do Estado. Estudos preliminares identificaram que haviam 80 famílias que atendiam aos critérios de elegibilidade para serem contemplados com o projeto. Ao final do ano, quando o projeto foi considerado concluído, apurou-se que 85 famílias, todas as que residiam na região alvo do projeto, haviam sido retiradas das áreas de risco, por ações previstas no projeto, e gozavam de maior nível de segurança em suas novas moradias. Os valores dos gastos orçamentários com o projeto totalizaram os R\$ 120.000,00 previstos inicialmente. Com relação à execução deste projeto, é correto afirmar que o uso dos recursos
- (A) foi eficiente e não foi efetivo.
 - (B) foi eficiente, porém, não foi eficaz.
 - (C) foi eficaz, porém, não foi eficiente.
 - (D) não foi eficiente, nem eficaz, porém, foi efetivo.
 - (E) foi eficiente, eficaz e efetivo.



55. Determinado Estado contratou, por contrato de terceirização de mão de obra, 5 pessoas para prestarem serviços temporários para substituição do mesmo número de servidores efetivos que se afastaram por licença maternidade e outros motivos de saúde. Os valores da remuneração deste contrato, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF devem ser considerados como
- (A) gastos com pessoal e não fazer parte do montante a ser computado no limite legal para esta despesa.
 - (B) gastos com outras despesas de pessoal e não ser computado no limite legal para esta despesa.
 - (C) gastos com outras despesas de pessoal e ser computado no limite legal para a despesa com pessoal.
 - (D) serviços de terceiros e não ser computado no limite legal para a despesa com pessoal.
 - (E) serviços de terceiros e ser computado no limite legal para a despesa com pessoal.
-
56. Discricionariedade administrativa é o dever-poder da Administração pública de, diante do caso concreto,
- (A) tomar duas ou mais decisões, sendo todas elas válidas perante o Direito.
 - (B) decidir, com base em razões de conveniência e oportunidade, independentemente da lei.
 - (C) decidir, conforme a vontade do agente público.
 - (D) decidir, nos termos da Constituição Federal.
 - (E) decidir, conforme as melhores razões de Estado.
-
57. Considere as seguintes assertivas a respeito do regime disciplinar dos servidores públicos estatutários do Estado do Mato Grosso.
- I. São penalidades disciplinares: a repreensão, a suspensão, a demissão, a cassação de aposentadoria ou disponibilidade, e a destituição de cargo em comissão.
 - II. Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes funcionais.
 - III. A critério da autoridade competente, os casos de aplicação de sanção disciplinar por faltas não consideradas graves poderão prescindir do devido processo legal.
 - IV. A penalidade de suspensão, a depender da gravidade da infração, poderá chegar a 180 dias.
 - V. Verificada em processo disciplinar a acumulação proibida, e provada a boa fé, o servidor optará por um dos cargos.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I, II e V.
 - (C) I, II e III.
 - (D) II, III e V.
 - (E) IV e V.
-
58. A respeito da motivação dos atos administrativos, é correto afirmar:
- (A) Pode ser dispensada a critério da autoridade competente, em homenagem ao princípio constitucional da duração razoável do processo.
 - (B) É válida a motivação de caráter genérico, que se resume a apontar que a decisão é tomada “por razões de interesse público”.
 - (C) Em regra, as motivações podem ser implícitas, cumprindo ao interessado revelá-las se necessário.
 - (D) Atos administrativos discricionários prescindem de motivação para serem válidos, visto que são produzidos a critério da Administração pública, por razões de conveniência ou oportunidade.
 - (E) Em regra, a motivação é requisito de validade do ato administrativo, devendo envolver, para ser suficiente, o apontamento das razões de fato e de Direito que o informam.



59. Sobre o regime dos empregos públicos, é correto afirmar:

- (A) Os empregos públicos são acessíveis sem concurso público, por serem regidos, fundamentalmente, pelo direito privado.
- (B) Em regra, os empregos públicos são acessíveis mediante concurso público, assim como o são os cargos públicos.
- (C) Os empregados públicos, sujeitos fundamentalmente a regime de direito privado, não estão sujeitos ao teto de remuneração da Administração pública.
- (D) O regime de emprego público é fixado por estatuto específico dos funcionários da carreira.
- (E) Empregados públicos, após 4 anos de efetivo exercício, passam a gozar de estabilidade nos respectivos empregos.

60. O princípio do formalismo moderado,

- (A) aplicado às licitações públicas, afasta o apego excessivo a formalidades, como, por exemplo, aos critérios de julgamento do certame fixados no instrumento convocatório.
- (B) aplicado às licitações públicas, afasta a possibilidade de fase de saneamento de falhas meramente formais no certame.
- (C) é vetor de interpretação e aplicação das normas sobre licitações públicas que afasta o apego excessivo a formalidades, exigindo observância das que se afigurem essenciais às finalidades de obtenção da melhor proposta e tratamento isonômico dos administrados.
- (D) aplicado às licitações públicas, impede impugnações à forma dos atos praticados em seu âmbito.
- (E) é vetor de interpretação e aplicação das normas sobre licitações públicas, por força do qual os procedimentos licitatórios não devem ser considerados processos administrativos formais.

61. No que diz respeito às alíquotas dos impostos estaduais, a Constituição Federal determina que cabe a

- (A) lei complementar federal fixar as alíquotas internas máximas do ICMS.
- (B) resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas do ICMS aplicáveis às operações e prestações interestaduais.
- (C) lei complementar federal fixar as alíquotas máximas do IPVA.
- (D) lei complementar federal fixar as regras para diferenciação das alíquotas do IPVA em razão do tipo e utilização do veículo.
- (E) resolução do Senado Federal fixar as alíquotas mínimas do ITCMD.

62. A respeito da licitação da modalidade de convite, é correto afirmar que

- (A) é modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de dois pela unidade administrativa.
- (B) dela podem participar, exclusivamente, interessados do ramo pertinente ao seu objeto, necessariamente cadastrados previamente pela Administração pública.
- (C) o seu cabimento é determinado em função da natureza do objeto e do valor estimado da contratação.
- (D) é modalidade de licitação que independe da instauração de procedimento administrativo formal de contratação, visto ser regido pelos ditames da simplicidade e celeridade.
- (E) tem cabimento apenas nas hipóteses de contratação de bens e serviços comuns, sendo inaplicável, pois, à contratação de bens e serviços de outra natureza e obras de engenharia.

63. A respeito dos princípios básicos da Administração pública no Brasil, é INCORRETO afirmar que o princípio

- (A) de impessoalidade demanda objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes públicos.
- (B) de legalidade demanda atuação da Administração pública conforme a lei e o Direito.
- (C) de moralidade demanda atuação da Administração pública segundo padrões éticos de probidade, decoro e boa-fé.
- (D) da eficiência demanda celeridade na atuação da Administração pública, se necessário em contrariedade à lei, dada a primazia do resultado sobre a burocracia.
- (E) de publicidade demanda a divulgação oficial dos atos administrativos, ressalvadas as hipóteses de sigilo previstas no ordenamento jurídico.



64. A respeito do atributo da presunção de validade dos atos administrativos, considere:

- I. Trata-se de presunção absoluta, que inadmite prova em contrário.
- II. Trata-se de atributo importante ao adequado funcionamento do Estado de Direito, visto ser manifestação da autoridade estatal, merecedora de fé pública e credibilidade até prova em contrário.
- III. Trata-se de atributo que não exige a Administração pública de motivar as suas decisões.
- IV. Trata-se de atributo que não exige a Administração pública de decidir mediante procedimentos administrativos.
- V. Trata-se de atributo por força do qual a validade dos atos administrativos é insuscetível de impugnação por eventuais interessados, exceto pela via judicial.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II, III e IV.
- (B) I, III e IV.
- (C) IV e V.
- (D) II, III e V.
- (E) I, II e V.

65. A Lei nº 8.666/1993 exige, no seu art. 26, que, em determinadas hipóteses, o ato de dispensa de licitação seja comunicado à autoridade superior para ratificação *e publicação na imprensa oficial, no prazo de 5 dias, como condição para a eficácia dos atos*. Suponha que, em dado caso, embora o ato de dispensa tenha sido efetivamente comunicado à autoridade superior, que o ratificou, a aludida publicação não tenha sido providenciada subsequentemente, no prazo de cinco dias. Mesmo sem tal publicação, a Administração pública deu sequência ao procedimento legal, firmando o contrato e ordenando o início da sua execução, tudo extrapolando em apenas mais três dias o prazo para publicação fixado pela lei. Nessas circunstâncias, compete à Administração pública

- (A) anular a decisão de dispensa de licitação e todos os atos subsequentes, reputando-os insanáveis, mesmo diante da constatação de que a publicação tardia não acarretaria lesão ao interesse público ou prejuízo ao erário.
- (B) anular o contrato e a ordem do início de sua execução, mesmo diante da constatação de ausência de lesão ao interesse público e de prejuízo a terceiros.
- (C) revogar o contrato e a ordem de início de sua execução, por razões de conveniência e oportunidade.
- (D) providenciar a publicação referida, ainda que tardiamente, suprimindo assim os vícios existentes na celebração do contrato e na ordem de início da sua execução, com efeitos retroativos às datas em que foram praticados, de modo a convalidá-los, fazendo essa decisão vir acompanhada de evidências no sentido de que isto não acarreta lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- (E) convalidar os efeitos do ato de dispensa de licitação e dos atos subsequentes, em que pese não seja possível revogar os vícios de legalidade do processo administrativo.

66. Considerando-se que o Legislativo, o Executivo e o Judiciário são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, de acordo com o art. 2º da Constituição Federal, o Poder Judiciário

- (A) pode determinar a implementação pela Administração pública, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, sem que haja ingerência em questão que envolve o poder discricionário do Poder Executivo.
- (B) não pode, nem em situações excepcionais, determinar que a Administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, sob pena de violação do princípio da separação dos poderes.
- (C) não tem legitimidade democrática para determinar que a Administração pública adote medidas assecuratórias de direitos constitucionalmente reconhecidos como essenciais, ainda que isso não configure violação do princípio da separação dos poderes.
- (D) não pode determinar a implementação pela Administração pública, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, por causa de suas limitações técnicas.
- (E) pode determinar a implementação pela Administração pública, quando inadimplente, de políticas públicas constitucionalmente previstas, desde que haja orçamento aprovado para atender a determinação.



67. Em 2011, foi publicada a Lei nº 12.527, a chamada "Lei de acesso à informação". Essa lei regulamenta um direito fundamental de receber informações, previsto no inciso XXXIII do art. 5º, Constituição Federal, que dispõe que todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular,
- (A) exclusivamente, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (B) ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.
 - (C) ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, sendo vedadas as informações sigilosas.
 - (D) que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja concedido judicialmente.
 - (E) ou de interesse coletivo ou geral, desde que justificadas, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja definido pelo Presidente da República.
-
68. Sobre o modelo de federalismo brasileiro previsto na Constituição Federal, especialmente em relação à repartição de competências entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, o modelo adotado foi o do federalismo
- (A) clássico ou dual, com definição bem delimitada das competências dos entes; e centralizado, com poderes concentrados na União.
 - (B) clássico ou dual, com estabelecimento de competências comuns e concorrentes entre os entes; e centralizado, com poderes concentrados na União.
 - (C) moderno ou cooperativo, com estabelecimento de competências comuns e concorrentes entre os entes; e centralizado, com poderes concentrados na União.
 - (D) moderno ou cooperativo, com estabelecimento de competências comuns e concorrentes entre os entes; e descentralizado, com poderes distribuídos aos entes subnacionais.
 - (E) moderno ou cooperativo, com definição bem delimitada das competências dos entes; e descentralizado, com poderes concentrados na União.
-
69. *Os atos e provimentos administrativos são imputáveis não ao funcionário que o pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual age o funcionário. Este é um mero agente da Administração Pública, de sorte que não é ele o autor institucional do ato. Ele é apenas o órgão que formalmente manifesta a vontade estatal.* (José Afonso da Silva em *Comentário Contextual à Constituição*)
- Esse comentário refere-se ao princípio da Administração pública da
- (A) impessoalidade.
 - (B) legalidade.
 - (C) moralidade.
 - (D) eficiência.
 - (E) publicidade.
-
70. Um dos documentos que um servidor público deve assinar quando tomar posse é uma declaração de que não acumula cargos, funções ou empregos públicos na Administração pública direta ou indireta. Essa vedação de acumulação, no entanto, tem algumas exceções previstas no inciso XVI do art. 37 da Constituição Federal. Uma situação de acumulação de cargos PROIBIDA pela Constituição é a de
- (A) um cargo de professor com outro técnico.
 - (B) dois cargos de professor.
 - (C) dois cargos técnicos.
 - (D) um cargo de professor com outro científico.
 - (E) dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.